

POTENCIALIDADES E LIMITES DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL NO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE/PB

Jennifer Cícera dos Santos Fautino*, Janaina Cabral da Silva**, Andréa Ferreira da Silva***, Maria Luiza Lima Ferreira Peixoto**** e Ionara Jane de Araújo*****

Resumo: Através de um estudo de caso, foram analisadas as potencialidades e limites que o município de Campina Grande/PB possui para a elaboração de políticas públicas de desenvolvimento sustentável, descrevendo ações e propondo um modelo que facilitem a implantação destas políticas. Estudo que foi feito é de natureza descritiva e explicativa. A conclusão que se chegou foi que a maior parte dos fatores que limitam o desenvolvimento sustentável no município, deve-se a pouca mobilização dos governantes municipais sobre o assunto, pois as sugestões oferecidas neste trabalho comprovam que com o mínimo de investimento e o maior empenho possível, através de um planejamento estratégico utilizando os índices de desenvolvimento sustentáveis, pode-se potencializar o desenvolvimento da cidade através dos princípios da sustentabilidade.

Palavras-chaves: Desenvolvimento Sustentável. Políticas Públicas. Poder Local.

Abstract: Through a case study, we analyzed the potential and limits that the city of Campina Grande / PB has for the elaboration of public policies for sustainable development, describing and proposing a model that will facilitate the implementation of these policies. Study that was done is a descriptive and explanatory. The conclusion reached was that most of the factors limiting sustainable development in the city, due to poor mobilization of municipal officials on the subject, as the suggestions offered in this paper show that with minimal investment and fullest extent possible through a strategic planning using the indices of sustainable development, can enhance the development of the city through the principles of sustainability.

Key words: Sustainable Development. Public Policy. Local Government.

1. Introdução

Desde 1972 vem ocorrendo um crescimento dos movimentos e discussões voltados à preservação ambiental. Na Conferência Rio-92 foi elaborado o documento Agenda 21, nele contém propostas sustentáveis para que os padrões de desenvolvimento sejam mudados para o presente século. No entanto, executar esse padrão tem sido algo difícil e complexo. Ao longo da história as estratégias de desenvolvimento criadas sempre tiveram como foco principal o crescimento social, político e econômico a qualquer preço através do consumismo e, conseqüentemente destruindo a natureza que, até pouco tempo era considerada um recurso inesgotável.

A contraposição a essas estratégias vem através dos conceitos de **sustentabilidade** que é “um meio de vida ou uma forma de viver [...] trata de um modo de pensar e de agir para as pessoas, sociedades e comunidades do presente e do futuro” (SILVA, 2010, p.37) e de **desenvolvimento sustentável** que é “o desenvolvimento que atende

às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das futuras gerações atenderem às suas próprias necessidades” (CMMAD, 1988, p. 46)¹, ou seja, o desenvolvimento sustentável é o meio para a sustentabilidade.

A partir da Constituição Federal de 1988 os municípios se tornaram protagonistas importantes no que se refere às questões ambientais locais através das Leis Orgânicas Municipais, dos Planos Diretores e de legislações municipais criadas especificamente com esse tema. Nesta perspectiva, a gestão ambiental não pode ser vista como tarefa apenas de órgãos ambientais, mas também da administração municipal.

Embora a temática do desenvolvimento sustentável seja muito discutida por diferentes áreas do conhecimento, esta pesquisa tem uma extrema relevância por ter ousado dar um recorte inovador, que é investigar se existem políticas públicas de desenvolvimento sustentável sendo aplicadas no município de Campina Grande – PB e quais as oportunidades e as limitações das

mesmas no desenvolvimento da região, propondo um modelo de desenvolvimento sustentável local, haja vista que existe uma insuficiente bibliografia e uma escassa discussão acerca especificamente desta temática. Esta problemática justifica-se ainda, em função de pretendermos dar uma contribuição para a academia, servindo de fonte de pesquisa para várias áreas do conhecimento.

Portanto, a finalidade deste trabalho está na análise dos seguintes objetivos: Analisar as potencialidades e limitações que o município de Campina Grande – PB possui para elaborar políticas públicas que influenciem no desenvolvimento regional sustentável; Descrever ações que facilitem a implantação de políticas públicas que visem o crescimento regional com base nos princípios do desenvolvimento sustentável; e Propor um modelo de desenvolvimento sustentável para a região de Campina Grande.

Para atingir os objetivos específicos propostos neste estudo foi realizado um estudo de caso, cuja unidade de análise são as políticas públicas do município de Campina Grande. Yin (2002) considera o estudo de caso como uma estratégia de pesquisa que contempla a investigação de um fenômeno dentro de seu contexto real, principalmente quando os limites entre o contexto e o fenômeno não são claros.

No que se refere à população, este estudo foi formada pelo total de entidades que participam da elaboração das políticas municipais de Campina Grande. Os dados foram coletados juntos aos órgãos públicos que fazem parte da elaboração do Plano Plurianual do município e suas políticas. A pesquisa procederá através do confronto dos referenciais teóricos citados com as políticas públicas existentes no município de Campina Grande e as ações voltadas para o desenvolvimento sustentável da região.

O seguinte artigo esta subdividido da seguinte forma, na próxima seção serão abordados os conteúdos teóricos que fundamentaram o trabalho, ou seja, os aspectos históricos e conceituais acerca do desenvolvimento sustentável, sua aplicabilidade e seus indicadores, bem como, a evolução da sustentabilidade nas cidades brasileiras. Na seção 3 trata da relação entre a sustentabilidade e o poder local, abordando os indicadores de Desenvolvimento Sustentável Municipal e os desafios da sustentabilidade no âmbito local. E na seção 4 são apresentadas as

análises dos resultados obtidos a partir da pesquisa realizada, os quais serão explícitos em três etapas. Na primeira, será exposta a caracterização de Campina Grande–PB, no segundo momento as políticas públicas e o desenvolvimento regional sustentável do município, traçando seus limites e suas potencialidades e no terceiro momento será sugerido um modelo de desenvolvimento regional sustentável. E por fim as conclusões e referencias.

2. Desenvolvimento sustentável

2.1. A história do desenvolvimento sustentável: conceito e aplicabilidade

O desenvolvimento econômico ocorreu a partir da Revolução Industrial e do grande crescimento demográfico, a partir da expansão e intensificação da produção e da ocupação da terra, com isto ocorreu a geração de resíduos que degradam o meio ambiente e também aumentou o crescimento de riquezas, em contrapartida ao crescimento da desigualdade social.

Furtado (2000) defende que o crescimento econômico só é transformado em desenvolvimento quando a esfera social é colocada em destaque, acarretando na melhoria da qualidade de vida da população. Enquanto que Veiga (2001) defende uma ideia mais ampla no que concerne ao desenvolvimento, ou seja, para que ele ocorra são necessárias outras influências, como a educação, saúde, direitos civis, etc.

O termo desenvolvimento sustentável é originado a partir do século XX. Os primeiros movimentos que criticavam esse descaso com os recursos naturais começaram a emergir a partir da década de sessenta, através de uma Organização não-governamental chamada o Clube de Roma, que contratou uma equipe de cientistas do *Massachusetts Institute of Technology* (MIT) para elaborar uma projeção a partir da realidade econômica da época sob o prisma ambiental.

A projeção chamada Relatório Meadows² analisou o crescimento demográfico, a produção de alimentos, o ritmo de crescimento industrial, os níveis de poluição gerados pela atividade econômica e o consumo de recursos naturais não-renováveis (MUNARI, 2005).

O Relatório Meadows agendou para 1972 a 1ª Conferência Internacional para o Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo (Suécia) com a participação de 113 nações e 19 agências governamentais de países ricos e em

desenvolvimento que discutiram os problemas políticos, sociais e econômicos relacionados ao meio ambiente (BANCO DO BRASIL, 2007).

Durante a referida Conferência foi criado o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA/UNEP), cuja missão seria prover liderança e encorajar parcerias para cuidar do ambiente, inspirando, informando e capacitando as nações e os povos para que a qualidade de vida aumentasse sem que as futuras gerações fossem comprometidas (PNUMA, 2007).

A discussão acerca do desenvolvimento sustentável iniciou-se na década de 1980 com a publicação do documento *World Conservation Strategy: living resource conservation for sustainable development*⁶, que afirmava que para que o desenvolvimento fosse sustentável, seria necessário considerar as dimensões sociais, ecológicas e econômicas, centrando-as na integridade ambiental, considerando os recursos naturais e as ações alternativas que possam ser desenvolvidas em curto e longo prazo (vaiRE, 2002).

Em 1983 foi criada a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento e em 1987 publicaram o Documento chamado *Our Common Future* (Nosso Futuro Comum), conhecido como Relatório Brundtland. Segundo esta comissão, a sociedade utilizou de forma inadequada os recursos naturais do planeta para manterem o progresso e a satisfação humana, resultando no esgotamento desses recursos em longo prazo, comprometendo a qualidade de vida das futuras gerações (ALMEIDA, 2002).

Segundo Dias (2002), o desenvolvimento sustentável é o caminho mais correto para que a humanidade saia da rota da miséria e deixe de ser atingida por problemas recorrentes como exclusão social e econômica e a destruição da natureza.

O movimento que resistia a degradação ambiental nos anos 1980, somado a consciência do crescimento da pobreza e da fome em todo o mundo, exerceu forte pressão na Organização das Nações Unidas para que se realizasse em 1992, no Rio de Janeiro, a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), conhecida também como Rio-92 (BANCO DO BRASIL, 2007).

Neste evento 179 países e instituições da sociedade civil reafirmaram o relatório de Estocolmo (1972) e discutiram os principais desafios sociais e ambientais para o século XXI.

A partir da Rio-92 foram criadas as convenções sobre Biodiversidade e Alterações Climáticas, a Carta da Terra⁴, o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global⁵ e o documento chamado Agenda 21⁶, que traduzia um planejamento de ações não apenas ambientais, mas que promovam um padrão de desenvolvimento sustentável (MUNARI, 2005).

Segundo o autor (2005) no Brasil foi criada a Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Brasileira (CPDS), com o objetivo de redefinir o modelo de desenvolvimento do país, através do conceito de sustentabilidade e visualizando as potencialidades e vulnerabilidades do Brasil. A Agenda 21 brasileira definiu seis eixos temáticos que enfocavam: agricultura sustentável; cidades sustentáveis; infraestrutura e integração regional; gestão dos recursos naturais; redução das desigualdades sociais e; ciência e tecnologia para o desenvolvimento sustentável. Esses eixos seriam analisados de acordo com as especificidades de cada região do país (AGENDA 21, 2012).

2.2. Sustentabilidade nas cidades brasileiras

O gerenciamento do desenvolvimento sustentável se materializa no âmbito local. Segundo Buarque (1999), o desenvolvimento local é um processo endógeno registrado por pequenas unidades territoriais e grupos humanos capaz de promover o dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida da sociedade, principalmente quando existe um ambiente político e social favorável, expresso pela importante ação de atores sociais do município ou comunidade em torno de determinadas prioridades.

O Desenvolvimento Local representa:

Uma singular transformação nas bases econômicas e na organização social em nível local, resultante da mobilização das energias da sociedade, explorando as suas capacidades e potencialidades específicas. Para ser um processo consistente e sustentável, o desenvolvimento deve elevar as oportunidades sociais, a viabilidade e competitividade da economia local, aumentando a renda e as formas de riqueza, ao mesmo tempo em que assegura a conservação dos recursos naturais. [...] O desenvolvimento municipal é, portanto, um caso particular de desenvolvimento local, com uma amplitude espacial delimitada pelo corte político-administrativo do município (BUARQUE, 1999).

De acordo com essas definições, passa-se a utilizar o conceito de desenvolvimento municipal sustentável como um caso particular de desenvolvimento local sustentável. Desenvolvimento municipal sustentável se define como:

O processo de mudança social e elevação das oportunidades da sociedade, compatibilizando, no tempo e no espaço, o crescimento e a eficiência econômica, a conservação ambiental, a qualidade de vida e a equidade social, partindo de um claro compromisso com o futuro e a solidariedade entre gerações (BUARQUE, 1999).

Desta forma, este tipo de desenvolvimento consiste numa transição para um novo estilo de organização da economia, da sociedade e de suas relações com a natureza, pronunciando uma sociedade com equidade social e conservação ambiental (BOISIER, 1992).

De acordo com o Estatuto da Cidade, é preciso regulamentar o planejamento dos municípios brasileiros, incorporando redes sociais, econômicas e políticas de forma a construir um compromisso entre a população e os governos na direção de um projeto em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar social e também do equilíbrio ambiental é um dos principais objetivos (BRASIL, 2001).

Uma forma de regulamentar o planejamento das cidades surge com a exigência de elaboração, pelos municípios com mais de vinte mil habitantes, de planos diretores. Para Rezende e Castor (2006) o plano diretor está definido como instrumento básico para orientar a política de desenvolvimento e de ordenamento da expansão urbana, explicitando claramente a política urbana do município, baseando-se através de um processo participativo de diagnósticos da realidade local, envolvendo vários setores da sociedade.

De acordo com Estatuto das Cidades (BRASIL, 2005) o Plano Diretor é “o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana do município”.

3. A relação entre poder local e sustentabilidade

3.1 O poder local e o desafio de sustentabilidade

A problemática da sustentabilidade conquistou sua centralidade a partir do pensamento em torno do desenvolvimento e das alternativas que existem para garantir uma igualdade nas relações sociais. Desta forma, é de fundamental importância criar condições para inserir a temática ambiental no âmbito da gestão local através das políticas públicas.

Silva (2010) afirma que os governantes devem propor em suas políticas, meios que resultem no desenvolvimento local de maneira sustentável, estimulando a participação dos indivíduos para que os diálogos sejam fortalecidos e que os

componentes sociais, econômicos, culturais e ambientais sejam compreendidos, pois uma política de desenvolvimento na direção de uma sociedade sustentável não pode ignorar nem as dimensões culturais, nem as relações de poder existentes e, muito menos, o reconhecimento das limitações ecológicas, podendo apenas manter um padrão predatório de desenvolvimento.

Atualmente o avanço rumo a uma sociedade sustentável é permeado de obstáculos, na medida em que existe uma restrita consciência na sociedade a respeito às implicações do modelo de desenvolvimento em curso. Pode-se afirmar que as causas básicas que provocam atividades ecologicamente predatórias podem ser atribuídas às instituições sociais, aos sistemas de informação e comunicação e aos valores adotados pela sociedade. Pois, “o caminho a ser desenhado passa necessariamente por uma mudança no acesso à informação e por transformações institucionais que garantam acessibilidade e transparência na gestão” (BARROS, 2010. p. 30).

Existe um desafio essencial a ser enfrentado, e este está centrado na possibilidade que as instituições públicas e sociais se tornem facilitadores de um processo que reforce os argumentos para a construção de uma sociedade sustentável, a partir de ações centradas no exercício de uma cidadania ativa e a mudança de valores individuais e coletivos.

3.1.1 Indicadores do Desenvolvimento Sustentável Municipal

Antes que sejam abordados os indicadores relacionados à sustentabilidade é necessário compreender o seu conceito. Segundo Van Bellen (2002) “o objetivo dos indicadores é agregar e quantificar informações de modo que sua significância fique mais aparente”.

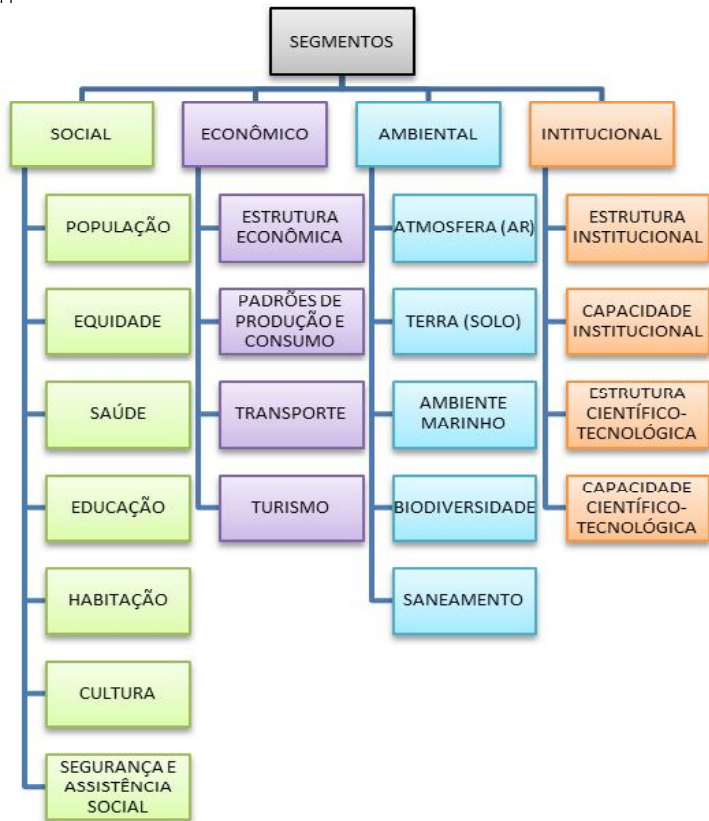
A partir da Agenda 21 o interesse das organizações não-governamentais e governamentais tem aumentado consideravelmente na busca de indicadores de sustentabilidade. O resultado é uma diversidade de sistemas de indicadores, agrupados de diversas formas, construídos a partir da realidade observada.

No Brasil, as pesquisas que apresentam propostas e métodos de indicadores para monitorar o desenvolvimento sustentável dos municípios são recentes.

Kieckhöfer (2005) descreve os indicadores que caracterizam o Desenvolvimento Sustentável em social, econômico, ambiental e institucional.

Em cada um desses segmentos são identificados conjunto de setores. A figura 1 apresenta um organograma com os segmentos e os setores levantados pela autora.

Figura 1 – Organograma de segmentos do Desenvolvimento Sustentável e seus setores



Fonte: Kieckhöfer (2005, p. 96)

O seguimento social dos indicadores de desenvolvimento sustentável se refere à satisfação humana e suas necessidades, qualidade de vida e justiça social. “O segmento econômico trata do desempenho macroeconômico, financeiro e os impactos do consumo dos recursos naturais e do uso da energia primária” (KIECKHÖFER, 2005, p. 97).

O seguimento ambiental analisa o uso dos recursos naturais e à degradação ambiental, com o objetivo de preservar e conservar o meio ambiente para as gerações futuras. O segmento institucional diz respeito à orientação política, a capacidade e esforço gasto para que ocorram mudanças efetivas, além de questões ligadas à pesquisa e desenvolvimento de novas tecnologias (KIECKHÖFER, 2005).

Os indicadores que Kieckhöfer (2005) propõe em cada segmento os seus respectivos indicadores. Declara que a utilização desses indicadores deve acontecer de forma integrada e

sistêmica, o que é considerado um processo complexo, pois requer uma grande quantidade de informações precisas e atualizadas, algo raro nos municípios brasileiros.

3.1.2 Planejamento Estratégico Municipal

O planejamento estratégico não foi criado para ser usado nas cidades, mas na realidade das organizações. Segundo Castor (2006) este recurso serve para aplicar o “pensamento estratégico” aos recursos e às circunstâncias particulares de uma organização. Este processo engloba diretrizes para antecipar-se ou adaptar-se às mudanças provenientes do meio externo, além da capacidade de administrar corretamente os recursos necessários para alcançar as estratégias planejadas.

A globalização e a economia ampliaram a noção de que é ambiente externo das organizações e ao mesmo tempo levantaram a discussão sobre a competitividade das localizações (cidade, estado, país). Segundo Vainer (2000) é a constatação da competição entre as cidades que endossa a transposição do modelo estratégico do contexto empresarial para o universo urbano. São as localidades que devem oferecer um ambiente favorável para a competitividade das empresas.

Como já foi visto o objetivo do Estatuto das Cidades é regulamentar o planejamento dos municípios, englobando os setores sociais, econômicos e políticos. No art. 2º, Inciso I da Lei nº 10.257, declara que o desenvolvimento sustentável das cidades está previsto nesse processo:

I – garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações; [...] (BRASIL, 2001)

Nos termos dessa lei, o plano diretor das cidades deve explicitar claramente a política urbana do município, devendo-se basear em um processo participativo de diagnóstico da realidade local, envolvendo toda a sociedade.

É a partir da leitura dessa realidade que se especificam os objetivos de cada região e através do macrozoneamento, previsto no plano diretor que é feita a divisão do município em unidades territoriais (BRASIL, 2001).

Lopes (1998, p. 94) esclarece a diferença entre o Plano Diretor e o Planejamento Estratégico da

seguinte forma:

O Planejamento Estratégico de Cidades é um plano de ação, formulado a partir do consenso de atores públicos e privados, dentro de uma visão ampla dos espaços e da sociedade local e global, definindo projetos tangíveis e intangíveis, cuja implementação se baseia no compromisso de um grande número de atores públicos e privados. Já o Plano Diretor Urbano é um plano de ordenamento urbano, com o objetivo de determinar os usos do solo e os sistemas de integração e comunicação, partindo de normas definidas em um arcabouço legal, geradas por uma visão integral de construção da cidade desejada.

Segundo Pfeiffer (2000) o Planejamento estratégico tem sua metodologia da seguinte forma: análise do ambiente; análise organizacional; estruturação do plano; operacionalização do planejamento; formulação do plano; implementação de projetos; e avaliação do impacto do plano. Embora esse processo pareça adequado a realidade dos municípios desafiam a realização desse método.

O Planejamento Estratégico Municipal deve considerar um espaço de tempo de 15 a 20 anos, sendo o mais longo de todos os instrumentos de planejamento municipal. O Plano Plurianual atenta para 4 anos, enquanto que o Plano Diretor Municipal tem uma margem de 10 anos (RESENDE; CASTOR, 2006)

Campina Grande atualmente utiliza o Plano Diretor e o Plano Plurianual em sua legislação.

4. A relação entre a formulação de políticas públicas e desenvolvimento regional sustentável no município de Campina Grande/PB

4.1 Caracterização do município de Campina Grande-PB

A cidade de Campina Grande foi fundada em 1864, com uma área de 594.179 quilômetros quadrados, na mesorregião denominada Agreste, dista 125Km da capital do estado João Pessoa. Possui limites territoriais com o município Lagoa Seca, Massaranduba, Pocinhos e Puxinanã ao norte, Boqueirão, Caturité, Fagundes e Queimadas ao sul, Riachão do Bacamarte a leste e Boa Vista a oeste. O município possui três distritos: Catolé de Boa Vista, Galante e São José da Mata⁷. O município possui uma população de 385.213 pessoas, sendo 367.209 habitantes da zona urbana e 18.004 habitantes da zona rural, o que representa uma densidade demográfica de 648 habitantes por quilometro quadrado⁸.

A atividade econômica do município é diversificada. Na atividade agrícola se destacam a

criação de galinhas com 260.000 cabeças, bovinos com 16.000 cabeças, ovinos com 3.200 cabeças, caprinos com 3.000 cabeças e equinos com 1.700 cabeças. As culturas mais trabalhadas são a de milho com 1.980 hectares de área cultivada, feijão com 2.160 hectares de área cultivada e algodão com 12 hectares de área cultivada. Os setores de serviços, mercado e indústria também merecem destaque na economia campinense (IBGE, 2010). Dados do IBGE (2008) informam que o Produto Interno Bruto (PIB) municipal é de R\$ 3.457.877,604, proporcionando um PIB por pessoal de R\$ 9.065,75.

Segundo o IBGE (2010), até o ano de 2010 a escolaridade da população de Campina Grande estava distribuída da seguinte forma: 48,2% dos habitantes não tinham estudado ou não concluíram o ensino fundamental, 16,3% terminaram o ensino fundamental mais não o ensino médio, 26,1% concluiu o ensino médio mais não o ensino superior, 9,1% já tinham concluído o ensino superior e 0,3% não determinou seu nível de escolaridade.

De acordo com a Associação Comercial e Empresarial de Campina Grande (ACCG) a arrecadação de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços) do município em 2010 foi a terceira maior com o valor de R\$ 249 milhões⁹.

A sustentabilidade é abordada no Plano Diretor, porém o poder legislativo não é muito atuante, uma vez que o município possui grande potencial para ser desenvolvido nesta temática, ela não faz parte da lista de prioridades da maioria dos membros governistas municipais.

A política pública de um município que tenha foco na sustentabilidade implica necessariamente em uma política comprometida, que venha a acabar com as ameaças ao ecossistema e à economia, tal como: ineficiência, lixo, poluição, exploração dos recursos renováveis, etc. Diante deste contexto existem três aspectos que precisam ser considerados: educação, gestão participativa e diálogos entre as partes envolvidas (CAVALCANTI, 2002).

Assim, Cavalcanti (2002) afirma que para que isso aconteça faz-se necessário que o aparelho político do município seja estável e que haja a abertura para que a sociedade participe, com o objetivo do desenvolvimento ambiental, econômico, social e ambiental. Porém o que se percebe no governo municipal é que a participação e o

incentivo dado população para que colaborem nas decisões é restrita.

4.2 As políticas públicas e desenvolvimento regional sustentável em Campina Grande/PB

No decorrer da pesquisa, foi evidenciado que o governo municipal de Campina Grande está preocupado em incentivar o desenvolvimento de novas atividades econômicas e no fortalecimento das existentes tanto na área urbana, quanto na rural e a partir de agora serão explanadas as potencialidades e as limitações para que o desenvolvimento do município ocorra de modo sustentável.

4.2.1 Potencialidades

Uma das primeiras oportunidades de alcançar a sustentabilidade na área rural é com a agricultura familiar. O município já tem ações do Programa Garantia-Safra¹⁰, que auxilia os agricultores familiares com uma indenização em tempos de seca, porém há muito mais o que ser feito, como o incentivo financeiro e educacional com relação ao cultivo da produção sem agrotóxicos, para que o mesmo além de ter um produto de melhor qualidade para ser comercializado, estará proporcionando aumento na qualidade de vida do consumidor.

Se esta iniciativa fosse dada aos agricultores e, principalmente, aos produtores de milho, feijão e algodão, que como foi exposto anteriormente são as principais culturas do município, elevaria a um patamar mais alto a visibilidade desses produtos no cenário local, regional e nacional, pois as grandes empresas que querem sempre aperfeiçoar seus artigos com produtos de ótima qualidade e a população que se preocupa com qualidade de vida darão preferência às safras isentas de agrotóxicos. Para isso, é importante não só o apoio financeiro, mais também o ensino sobre esta potencialidade.

Com relação ao ensino, é necessário analisar o nível educacional, a formação técnica e os níveis de saúde e qualidade de vida da população campinense. A prefeitura possui apenas creches e escolas de ensino fundamental e este público é uma ótima oportunidade de levar os princípios e ações da sustentabilidade para que desde a infância os futuros homens e mulheres campinenses possam viver numa cidade sustentável.

Quando se refere ao desenvolvimento à curto prazo remete-se ao turismo da cidade. Mesmo sem uma secretaria específica, o município atrai

milhões de pessoas todos os anos através de eventos culturais como: o São João, as Vaquejadas, o Festival de Inverno e de encontros religiosos como: o Encontro para Consciência Cristã, Encontro da Família Católica - CRESCER, Encontro para a Nova Consciência, o Movimento de Integração Espírita Paraibano – MIEP e os Amigos da Torá.

Existem também os eventos de negócios: o CAMPIMÓVEIS – uma feira de direcionada à construção civil e às imobiliárias e a Feira da Moda – que atrai pessoas interessadas nas tendências em calçados, confecções, moda e beleza. Mesmo com esses eventos que atraem pessoas de outras regiões do país não existe nenhum tipo de turismo ecológico, um dos setores que mais crescem no Brasil.

No de 2004 ao ano 2008 o crescimento do motivo das viagens por causa do lazer para lugares que disponibilizavam o Ecoturismo cresceu de 12,8% para 22,2%, enquanto que as viagens de lazer por causa da cultura declinou de 30,4% para 16,9%, deixando clara a importância de Campina Grande voltar-se para o Ecoturismo como mais uma maneira de alavancar o seu desenvolvimento.

O município de Campina Grande dispõe de poucas áreas de reservas ambientais, uma delas é o Complexo Aluizio Campos¹¹ de propriedade da Fundação Universitária de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão – FURNE que possui uma área de 33 hectares, localizado na BR 104 Sul, no bairro do Ligeiro, e a Mata do Louzeiro que se encontra por traz do quartel do 31º Batalhão de Infantaria Motorizado e tem mais de 60 hectares¹² e segundo o jornal Diário da Borborema de 1 de junho de 2009 está abandonada. Se estas reservas forem cuidadas e utilizadas para o turismo ecológico, sem que haja destruição de seu ecossistema, Campina Grande passará a fazer parte dos roteiros ecológicos do país.

De acordo com o Plano Diretor Municipal Nº 033/2006 no Art. 125, Inciso V é o objetivo da Política Municipal de Turismo “promover atividades de ecoturismo com vistas ao conhecimento, conservação, preservação e recuperação do patrimônio ambiental do Município”.

O envolvimento da sociedade com preservação do meio ambiente seja rural ou urbano é de fundamental importância, principalmente a partir da formulação de políticas sustentáveis. É esta participação que além de fortalecer as relações entre sociedade civil e governantes, desenvolve a

região através da capacitação das ações em grupo, passando assim a população a exercer cidadania, aumentando o nível das discussões de forma participativa, induzindo e cobrando dos membros do governo políticas públicas para o desenvolvimento sustentável.

4.2.2 Limitações

Como brevemente foi visto a cima Campina Grande dispõe de muitas oportunidades de que a cidade viva e cresça de maneira sustentável, porém algumas limitações impedem que isto aconteça. Uma dessas limitações se encontra na Secretaria de Agricultura do município, que apenas disponibiliza sementes para ajudar o agricultor familiar de sua zona rural, porém não proporciona instrução e apoio para que este cultive sem a utilização de agrotóxicos.

Além disso, não existe estímulo para a participação da população rural em cursos específicos na agricultura orgânica e familiar, na conservação dos recursos naturais, no manejo da água, que visem o desenvolvimento de atividades sustentáveis.

Outro problema do município que gera limitação são as comunidades com foco de miserabilidade, demonstrando que ocorrem grandes problemas sociais. Muitas dessas pessoas não conseguem um bom emprego por falta de conhecimento qualificado, dificultando sua inserção no mercado de trabalho, agravando também o problema de segurança pública.

Uma das comunidades onde há esse cenário é o bairro do Mutirão, onde está localizado o antigo lixão do município. O lixão estava instalado no bairro desde 1992 gerando vários problemas, este foi deslocado para um aterro sanitário nas proximidades da cidade de Puxinanã¹³.

Mesmo com essa ação ainda é necessário fazer muito mais com relação aos resíduos sólidos dos campinenses, pois estão ocorrendo depósitos irregulares de lixo em outros bairros da cidade¹⁴, não há uma política educacional de coleta seletiva, é necessária a criação de uma usina de tratamento de lixo, aumento da reutilização e reciclagem, etc, para que a cidade esteja sempre limpa e agradável para os seus cidadãos e para os turistas que vem a cidade todos os anos.

Uma das áreas que impulsionam o crescimento do número de empregos e tem estimulado o crescimento dos municípios é o turismo, e mais especificamente o ecoturismo, porém essa vertente não recebe a devida importância, uma vez que no

site da prefeitura municipal não existe nenhum tipo de ação que incentive essa prática.

O Ministério do Turismo declara que:

Ecoturismo é um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista por meio da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações. (BRASIL, 2010).

É pautado no tripé de interpretação, conservação e sustentabilidade que o ecoturismo auxilia o município que dele se apropria no desenvolvimento, impulsionando o crescimento econômico da região através desse turismo.

A partir da reportagem citada acima do jornal Diário da Borborema e de não existir na mídia em geral nem tampouco no site da prefeitura ações explicitamente voltadas para o desenvolvimento sustentável é possível constatar que a elaboração do Plano Diretor municipal não atinge as necessidades específicas do município, seguindo apenas os critérios estabelecidos pelo Ministério das Cidades, através do Estatuto das Cidades.

O Plano Diretor no Art. 5º Inciso III (2006) trata da sustentabilidade como princípio fundamental à gestão urbana, no Artigo 100 estabelece a Política Municipal do Meio Ambiente e no Art. 126, Inciso V expõe a promoção de atividades de ecoturismo, porém é fato que não se vê uma política forte de sustentabilidade na cidade.

A falta de conhecimento e capacitação dos poder público sobre o desenvolvimento sustentável é uma das limitações encontradas, pois a má utilização dos recursos naturais e a pouca visibilidade dada ao assunto resultará na degradação do meio ambiente campinense e na diminuição do desenvolvimento do município, pois para que isso não aconteça é necessário que haja uma conscientização por parte dos gestores de que a população precisa atuar nas decisões da administração pública, bem como que a sociedade se interesse em participar ativamente das ações governamentais, sempre com o pensamento voltado para o coletivo.

4.3 Modelo de desenvolvimento regional sustentável para o município de Campina Grande/PB

O processo de desenvolvimento sustentável municipal dá início a partir da visualização das demandas da comunidade rural ou urbana, buscando sempre a melhoria da qualidade de vida e do crescimento da cidade.

A primeira ação sugerida a ser feita é organizar uma base de dados do município, pois com a

grande quantidade de informações, armazenadas em diferentes formatos, dificultando a sua utilização.

A criação de um núcleo de informações com programa e formato padrão e com dados cruzados de todos os órgãos municipais seria de total importância para a partir disso analisar cada índice de sustentabilidade, vendo onde é necessária uma maior intervenção e investimentos. Disponibilizar o acesso livre desses dados para sociedade, através do site da prefeitura, auxiliaria na intensificação da participação popular na elaboração e na execução de ações, pois a mesma saberia o real estado do município.

A partir desses dados é necessário fazer um **diagnóstico social, econômico e ambiental** do município para definir políticas voltadas ao desenvolvimento sustentável.

No que se refere ao aspecto social é necessário levar em consideração algumas informações que são de fundamental importância como: o nível de renda da população rural e urbana; a infraestrutura da cidade (água, luz, esgotamento sanitário, calçamento, áreas de risco, habitação, etc); crescimento populacional e as desigualdades sociais existentes; situação educacional e do trabalho; situação da saúde e transporte públicos.

Os aspectos econômicos relevantes que devem fazer parte do diagnóstico são: o PIB e as atividades econômicas existentes; relações econômicas externas (intermunicipal, interestadual e internacional); a indústria turística existente; sistemas tecnológicos existentes; a avaliação do Plano Diretor; e a cultura empresarial.

Alguns aspectos ambientais são: o mapeamento de ecossistemas existentes e a ação do homem; produção de resíduos e sua destinação (lixo urbano e rural); impactos ambientais; a ocupação e utilização de reservas e áreas ameaçadas; a utilização de recursos renováveis e não-renováveis; as leis ambientais existentes.

Após o término do diagnóstico municipal é necessária a elaboração de um planejamento estratégico para políticas locais de desenvolvimento sustentável, por exemplo, uma Agenda 21 local ou um Plano Diretor Sustentável, que conte com especialistas de diversas áreas do conhecimento, voltados para a verdadeira situação da biodiversidade local, para elaborarem um planejamento de programas, projetos e ações sustentáveis interligando toda a secretaria e órgãos municipais, levando em conta a

necessidade da educação e do treinamento e realizem auditorias periódicas.

5. Aproximações conclusivas

O desenvolvimento sustentável de uma região está diretamente relacionado com as políticas públicas elaboradas na localidade através de um planejamento estratégico com foco na sustentabilidade que, quanto melhor maneja os seus indicadores de sustentabilidade, mais impulso passa a ter na economia e, como consequência, maior crescimento regional.

O Município de Campina Grande se destaca por ser um município de características marcantes, um polo na qualificação de mão de obra em prestação de serviços e na tecnologia da informação¹⁵ e por seus eventos turísticos culturais e religiosos, porém ao atentar para o tema “desenvolvimento sustentável”, surgiram os seguintes questionamentos que o presente trabalho procura analisar: quais as potencialidades e limitações no município de Campina Grande para a elaboração de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento sustentável da região? Que iniciativas podem facilitar a implantação dessas políticas? E como sugerir um modelo que incentive o desenvolvimento sustentável para o município de Campina Grande-PB?

Na busca em responder essas perguntas chegou-se a conclusão, através da pesquisa bibliográfica e documental, que o município de Campina Grande encontra sérias limitações, mas também muitas oportunidades de implantar políticas com foco na sustentabilidade.

Uma das limitações é que o município, mesmo com uma Política Municipal do meio Ambiente, não tem mecanismos que promovam a preservação ambiental. Há a ausência de uma política pública especificamente sobre a sustentabilidade, impedindo que o município se desenvolva sem destruir o meio ambiente. As ações existentes são pontuais, paliativas e de pouco alcance. A limitação da visão turística também é uma forte ameaça, pois o município possui áreas de preservação importantes que estão abandonadas e que podem ser aproveitadas para o ecoturismo.

Este é um dos principais potenciais existentes, pois com o incentivo e empreendedorismo necessários para implantar o turismo ecológico em Campina Grande, a cidade ingressaria em um dos atrativos turísticos que mais cresce no Brasil, entrando no roteiro do ecoturismo nacional,

atraindo ainda mais pessoas em busca de atividades de lazer, favorecendo o dinamismo econômico da região e a geração de mais empregos.

Dinamizar a economia rural também é uma potencialidade municipal, pois investir na cultura de produtos sem a utilização de agrotóxicos igualmente colocaria Campina Grande no cenário nacional da agricultura orgânica. Diante da necessidade de estimular as potencialidades e tratar as ameaças que existem no município, é necessário através da participação do poder público e da sociedade civil, um planejamento estratégico sustentável, utilizando os índices de desenvolvimento sustentáveis, para conservar o meio ambiente desenvolvendo a cidade de maneira sustentável.

Para isto o presente trabalho propõe um modelo de desenvolvimento sustentável local, com algumas sugestões de ações que podem ser desenvolvidas a partir de iniciativa da prefeitura e da união de forças com várias esferas da sociedade.

Estas ações podem ser realizadas à curto, médio e longo prazos, são de fácil implementação e na sua maioria não depende de investimentos muito altos para executá-las, porém são de extrema importância para direcionar Campina Grande rumo ao desenvolvimento sustentável ●

Notas

1 Conceito elaborado pelo Relatório Brundtland, realizado pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), promovido pela ONU na década de 1980.

2 O Relatório Meadows nome dado devido a um dos coordenadores do estudo se chamar Dennis Meadows. Este documento foi considerado como um marco do início do debate global a cerca da problemática ambiental. (MUNARI, 2005).

3 Documento elaborado pela *International Union for Conservation of Nature and Natural Resources* (IUCN), com a cooperação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), *World Wildlife Fund* (WWF), *Food and Agriculture Organization* (FAO) e *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* (UNESCO). (VAN BELLEN, 2002)

4 Carta da Terra – idealizado na Rio-92 e lançado na Holanda. É uma declaração de princípios fundamentais para a construção de uma sociedade justa, sustentável e pacífica (MUNARI, 2005)

5 Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global – Documento leva em consideração a urgência da educação ambiental como forma de gerar qualidade de vida e a consciência de conduta pessoal (CADERNOS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL, 2006)

6 Agenda 21 – termo usado no sentido de expressar as intenções de caminhar para realizar esse novo modelo de construção de uma sociedade sustentável durante o século XXI (BANCO DO BRASIL, 2007)

7 Informações retiradas do site da Prefeitura Municipal de Campina Grande. Disponível em: <http://www.campinagrande.pb.gov.br>. Acessado em: 25 de Abr. 2012

8 Dados coletados no site do IBGE. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Acessado em: 28 de mar. 2012

9 Associação Comercial e Empresarial de Campina Grande. Disponível em: <http://www.accg.com.br/?p=2426>. Acessado em: 12 de mai. 2012

10 “O Garantia-Safra (GS) é uma ação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) voltada para os agricultores e as agricultoras familiares localizados na região Nordeste do país, na área norte do Estado de Minas Gerais, Vale do Mucuri, Vale do Jequitinhonha e na área norte do Estado do Espírito Santo”. Disponível em: <http://campinagrande.pb.gov.br/>. Acessado em: 12 de mai. 2012.

11 O Complexo Aluizio Campos “possui um horto didático agroecológico, que é utilizado como laboratório para o desenvolvimento de pesquisas dos alunos dos cursos de pós-graduação nas áreas de Tecnologia e Meio Ambiente, oferecidos pela Furne. No local há um imenso acervo de fauna e flora e é feito o cultivo de plantas medicinais para a produção de medicamentos”. Disponível em: <http://www.fundacaofurne.org.br/portal/?pg=artigo&idmenu=220#>. Acesso em: 15 de mai. de 2012

12 Diário da Borborema. Disponível em: http://www.diariodaborborema.com.br/2009/06/01/cotidiano3_0.php. Acesso em: 15 de mai. 2012

13 Disponível em: <http://www.campinagrande.pb.gov.br/>. Acesso em: 15 de mai. 2012

14 Disponível em: <http://g1.globo.com/paraiba/noticia/2012/05/moradores-reclamam-de-deposito-de-lixo-irregul-ar-em-campina-grande-pb.html>. Acesso em: 15 de mai. 2012.

15 Prefeitura Municipal de Campina Grande. <<http://www.campinagrande.pb.gov.br/>>. Acesso em: 18 de mai. 2012

Referências:

AGENDA 21. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/>>. Acesso em: 01 de mai. 2012.

ACCG. Associação Comercial e Empresarial de Campina Grande. Disponível em: <http://www.accg.com.br/?p=2426>. Acessado em: 12 de mai. 2012.

BANCO DO BRASIL. **Agenda 21: responsabilidade socioambiental na prática**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2007.

BARROS, André Boler Claudio da Silva. **Comparação de Políticas de Sustentabilidade Urbana Entre Diversas Autarquias Portuguesas**. Universidade de Lisboa, 2010.

BOISIER, Sergio. **El Dificil Arte de Hacer Región: Las Regiones como Actores Territoriales Del Nuevo Orden Internacional**. Cosco, Peru: Centro de Estudios Regionales Bartolomé de las Casas, 1992.

BRASIL. Estatuto da Cidade (2001). **Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001**: regulamenta os arts 182 e 183 da Constituição Federal. Curitiba: CREA-PR, 2002.

BRASIL. Estatuto da Cidade: guia para implementação pelos municípios e cidadãos. 3ª Ed. Brasília: Instituto de Polis, Laboratório de Desenvolvimento Local, 2005.

BRASIL. **Ecoturismo**: orientações básicas. Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. 2. Ed. Brasília: 2010.

BUARQUE. S. C. **Metodologia de Planejamento do Desenvolvimento Local e Municipal Sustentável**. 2 ed. Recife: IICA, 1999.

CADERNOS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL. Série documentos planetários. Vol. 2. Itaipu Binacional, 2006.

CASTOR, B. V. J. **Tamanho não é documento: estratégias para a pequena e microempresa brasileira.** Curitiba: Ebel, 2006.

CAVALCANTI, C. **Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas.** 4 ed. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2002.

CMMAD. COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 1988.

DIÁRIO DA BORBOREMA. Disponível em: http://www.diariodaborborema.com.br/2009/06/01/cotidiano3_0.php. Acesso em: 15 de mai. 2012

DIAS, Genebaldo Freire. **Iniciação à Temática Ambiental.** 2. ed. São Paulo: Global, 2002.

FURNE. Fundação Universitária de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão. Disponível em: <http://www.fundacaofurne.org.br/portal/?pg=artigo&idmenu=220#>. Acesso em: 15 de mai. de 2012.

FURTADO, Celso. **Introdução ao Desenvolvimento.** Enfoque Histórico-Estrutural. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 3ª Ed. Revista pelo autor. 2000.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. <http://www.ibge.gov.br/cidadesa/t/topwindow.htm?1>. Acessado em: 28 de mar. 2012.

LOPES, R. **A Cidade Intencional: o planejamento estratégico de cidades.** Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

MUNARI, Cesar Luiz. **A ambientalização da análise econômica-financeira de projetos no Banco do Brasil.** 2005 Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável – Universidade de Brasília, Brasília, 2005.

PFEIFFER, P. **Planejamento Estratégico Municipal no Brasil: uma nova abordagem.** Brasília: ENAP, 2000.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE. <<http://www.campinagrande.pb.gov.br>>. Acesso em: 25 de abr. 2012.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE. **Plano Diretor Municipal.** Lei 003 de 31 de outubro de 2006.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE. PNUMA/UNEP Disponível em: <[HTTP://www.onu-brasil.org.br/agencias_pnuma.php](http://www.onu-brasil.org.br/agencias_pnuma.php)>. Acesso em: 18 jan. 2007.

REZENDE, D; CASTOR, B. V. J. **Planejamento Municipal: empreendedorismo participativo das cidades, prefeituras e organizações públicas.** 2. ed. Rio de Janeiro: Brasport, 2006.

SILVA, Christian Luiz da. **Políticas Públicas e Indicadores para o Desenvolvimento Sustentável.** São Paulo: Saraiva, 2010.

YIN, R. K. **Estudo de Caso: Planejamento e Métodos.** 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2002.

VAINER, C. **Pátria, Empresa e Mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano.** In: ARANTES, O; VAINER, C; MARICATO, E. **A Cidade do Pensamento Único: desmanchando consensos.** Petrópolis: Vozes, 2000.

VAN BELLEN, H.M. **Indicadores de Sustentabilidade: uma análise comparativa.** (Tese) Universidade Federal de Santa Catarina, Pós-graduação em Engenharia de Produção, Florianópolis, 2002.

VEIGA, J. E. da. **O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento.** Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2001.

* **Mestranda em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Universidade Federal do Ceará, Especialista em Gestão Pública Municipal pela Universidade Estadual da Paraíba, Bacharel em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba.**

** **Mestranda em Economia Rural pela Universidade Federal do Ceará, Especialista em Gestão de Projetos pela Faculdade Anglo-americano, Bacharel em Economia pela Universidade Federal de Campina Grande.**

*** **Mestranda em Economia Rural pela Universidade Federal do Ceará, Bacharel em Economia pela Universidade Regional do Cariri.**

**** **Mestranda em Economia Rural – UFC, Tecnóloga em Recursos Hídricos/Irrigação pelo Centro de Ensino Tecnológico.**

***** **Mestre em Economia Rural pela Universidade Federal do Ceará, Bacharel em Economia pela Universidade Estadual do Rio Grande do Norte.**